

## A UEPA NA BUSCA DE UM PROJETO

Maria Regina Maneschy Faria

Vinha eu dizendo que, como todas as universidades no Brasil, a UEPA enfrenta políticas de financiamento cada vez mais restritivas por parte do Estado e uma cobrança de pertinência cada vez mais aguda por parte da sociedade. Esta questão, que reflete a crise da universidade, expressa, a meu ver, a crise da sociedade da qual esta universidade é parte.

Sendo assim, permitam-me avançar uma hipótese para discussão: a crise da universidade tem sua raiz na derrota, dos meados da década de 60, do projeto de desenvolvimento nacional autônomo defendido por parte da burguesia, e que contemplava, em certos limites, a melhoria da condição de vida das classes dominadas, projeto este que havia permitido um elevado patamar de desenvolvimento econômico para o país com a incorporação crescente do povo.

Na verdade, no final da década de 50 e começo da década de 60, a burguesia se viu cindida em duas frações: a primeira, defendendo radicalizar seu programa nacionalista de desenvolvimento autônomo; e a segunda, defendendo o caminho que a levaria ao papel de sócia-menor do grande capital externo. O dilema que se apresentava, na realidade, era o de que o caminho da radicalização do projeto de desenvolvimento nacional autônomo não poderia jamais limitar-se aos marcos reformistas. A crescente par-

ticipação do povo necessariamente levaria à criação de um poder popular, e entre esta alternativa e a subordinação ao capital externo não restava à burguesia outra saída.

Acontece que a universidade vive cindida entre o papel de aparelho ideológico que as classes dominantes querem impor-lhe e a vocação para a crítica, para pensar o novo, o progresso, inerente à sua condição de “templo da

inteligência”, como a queria Unamuno. Acontece que ou a universidade existe enquanto um projeto da sociedade, participando do projeto de transformação social desejado e empreendido pela comunidade, ou não existe. Pode existir o prédio, os títulos, o “mise en scène”, mas não existe uma universidade reacionária, uma universidade que cumpre o papel de se opor e de resistir ao progresso da sociedade. Não é possível uma universidade “burra”.

Com o golpe de 1964 deixava de existir o projeto de desenvolvimento que havia permitido um pacto, contraditório, entre setores da classe dominante e o povo; um projeto desejado pela sociedade que vinha gestando um novo modelo de universidade do qual a experiência da Universidade de Brasília é um exemplo. Rompido o pacto e optando a burguesia pela contra-revolução, aceitando em aliança com o latifúndio e com os setores conservado-

### UNITERMOS: Universidade, Política, Sociologia

*“Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que servira apenas para suscitar o riso da platéia quando não o desprezo de seu silêncio. Mas, como desconhecer que há situações históricas tão imprevistas que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a História ainda não terminou, ninguém está seguro de quem será o último a rir ou a chorar”.*

*(Celso Furtado, Brasil. A construção interrompida)*

res da pequena burguesia e das camadas médias a condição de burguesia depende, perdiam-se as condições para um projeto de desenvolvimento nacional que pudesse ser abraçado pela maioria da sociedade.

Evidentemente, esta hipótese está apresentada aqui de forma muito sumária e esquemática, necessitando ser trabalhada. Contudo, a mim parece evidente que se pode tirar dela duas conclusões e avançar uma nova hipótese. A primeira conclusão é a de que o Golpe de 64 rompeu a “aliança” contraditória que permitiu a construção de um projeto nacional; a segunda é a de que derrotado o projeto nacional, rompido o pacto que o possibilitava, a universidade passou a refletir as contradições, agora antagônicas, da sociedade; daí a sua crise. E a nova hipótese é a de que não é mais possível se repetir as condições históricas que possibilitam este tipo de “aliança” entre o povo e setores da burguesia.

É patente que nem sempre as universidades cumprindo o seu papel de iluminá-las, e sempre que as sociedades viveram fases de obscurantismo e de estagnação, as universidades viveram a crise de definir o seu papel.

Hoje, grande parte da crise de identidade na qual se afunda a universidade brasileira resulta da contradição de que tanto não lhe foi possível encontrar seu papel nas transformações necessárias à sociedade quanto resiste a adaptar-se a uma “modernidade” neoliberal, que mal esconde por trás de seu brilho artificial a regressão que representa.

Esta é a razão porque discute-se, hoje, a crise da universidade e, ao discuti-la, se sente permanente mal-estar de copiar modelos da reengenharia dominante, modelos que atendem aos interesses de uma pequena parcela da sociedade, parcela que enquadrou a si e quer nos enquadrar nos parâmetros da “globalização”. Esta experiência tem sido elemento gerador de forte corrente de pensamento crítico, que bus-

ca encontrar parâmetros adequados ao conjunto de problemas que a sociedade coloca.

Há muito velho defendendo a necessidade de se criar uma universidade diferente. Diferente na medida em que recusa a moldar-se, de forma acrítica, às teorias dominantes que recusa a se enquadrar em estruturas e funções que contradizem sua “essência”. A universidade de que falo expressa uma necessidade sentida da sociedade, capaz de enfrentar o conjunto de questões que esta lhe coloca.

A meu ver, a UEPA/FEP, após o momento de sua primeira criação, caiu num processo de estagnação do qual nem sua reconstituição, num parâmetro conservador, conseguiu superar. Muito pelo contrário. Sua reconstituição num parâmetro conservador tem o efeito de aprofundar a estagnação. Não que esta estagnação, esta inércia, seja de responsabilidade dessa ou daquela pessoa. Também o é. Mais é, principalmente, um efeito de sua estrutura.

A universidade que queríamos é exatamente o oposto ao imobilismo que vem em engessando a UEPA, que nem é capaz de se submeter aos ditames da “modernidade” neoliberal e nem é capaz de reagir, desempenhando seu papel no rompimento e redefinição dos valores, estruturas e padrões de acumulação dominantes, ajudando a construir um projeto de desenvolvimento socialmente desejado.

A universidade que queríamos é aquela posta a serviço de um projeto de autonomia, de um projeto que responda às exigências reais de nosso desenvolvimento. Uma universidade que possa reunir a inteligência da Região para investigar e aprofundar o conhecimento de sua realidade rica e multifacética. Uma universidade que possa construir, junto com o povo, alternativas desejáveis de desenvolvimento.

Foi com esta posição que participamos do debate travado na Constituinte com o documento, “*Contribuição à Constituinte para o Projeto*

# Reflexão

*de uma Universidade do Estado - Universidade para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e Educação: Universidade para o Desenvolvimento do Estado*”, concepção que foi debatida e aprovada, passando a compor o texto da Constituição estadual: “Art. 282 - A Universidade do Estado do Pará, ... será: II - comprometida com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, educação e cultura; III - expandida considerando o interior do Estado como prioritário e obrigatório; IV - voltada para preparação de seus integrantes objetivando o exercício consciente da cidadania e qualificação dos recursos humanos visando atender as demandas do Estado”.

Decidido que ousaríamos construir uma universidade - uma universidade com a nossa cara, filha de nossas capacidades e das nossas necessidades, uma universidade para o desenvolvimento, de forma que se pudesse domesticar esse “desenvolvimento”, para que a riqueza produzida não fosse transformada no mero acúmulo do lucro fácil, mais um desenvolvimento sócio-econômico equilibrado, buscando a utilização racional dos recursos naturais, valorizando e melhorando a especialização produtiva do Estado, valorizando e utilizando a inteligência regional na criação de um saber voltado para a solução dos problemas locais do ponto de vista dos interesses de nossa população - iniciou-se o processo da produção coletiva de sua concepção institucional, projeto que foi destruído num ato de arbítrio.

Hoje, temos a sensação de que a “nova” estrutura da UEPA não corresponde às necessidades postas pela sociedade. Pressente-se que é preciso caminhar para novas formas, ousar caminhar para construir novas formas, formas que respondam a um projeto socialmente construído e desejado.

E o que é necessário para construir esse sonho? É necessário ousar romper o marasmo, a acomodação, as “igrejinhas” construídas em

torno do culto de tudo, criticar par não transformar nada. É necessário que a comunidade universitária tenha a ousadia de buscar a sociedade civil e construir, junto com ela, um projeto capaz de mobilizá-la. De mobilizá-la em torno de um projeto que, objetivamente, lhe pertence. E aí teríamos que romper com os formalismos, com a reprodução dos mesmos cursos de sempre, das mesmas atividades de sempre. Seria preciso inovar com audácia, que a ousadia de buscar na sociedade a parceria necessária para mudar fac da universidade, de forma que o próprio Estado não pudesse desconheçê-la.

Repetindo que já disse uma vez, sei que a força do sonho é maior do que as forças que querem o sonho apagar. Só o povo, os cientistas, os artistas, os intelectuais e os poetas podem sonhar com o que vai ser real.

---

Maria Regina Maneschky Faria é Professora de Ciência Política da UEPA.